JO… FREIRE



CAMILLO
CASTELO BRANCO
E AS QUADRILHAS
…NAES



CAMILLO CASTELLO BRANCO

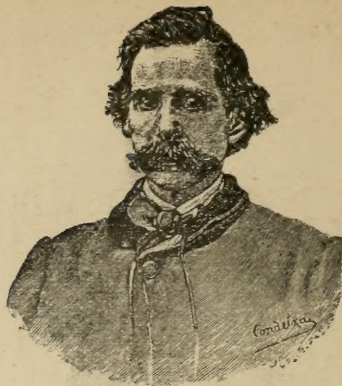
E AS QUADRILHAS NACIONAES

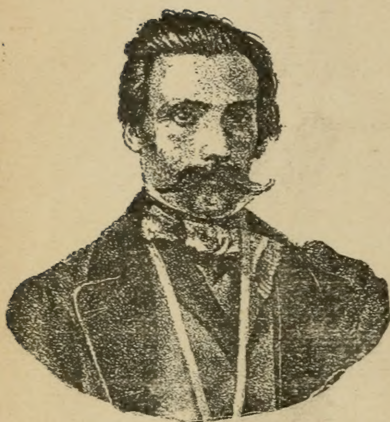
TYP. DA EMPR. LITTER. E TYPOGRAPHICA
(Officinas movidas a electricidade)
RUA DA BOAVISTA, 321 * PORTO * 1917

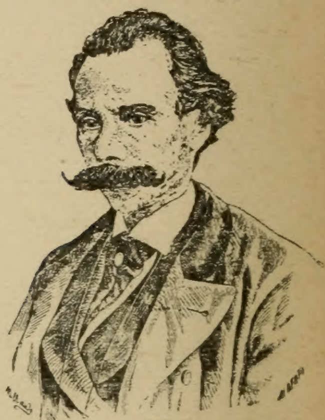
Justificação da tiragem

Tiraram-se d'esta obra 500 exemplares, todos numerados e rubricados pelos auctor e editor.

Exemplar № 18







Os 3 mais feios retratos de Camillo

N.º 1 — Desenho de Condeixa, gravura em madeira de Lallemant e Heitor.

N.º 2 — Lapis lithographico de Serrano.

N.º 3 — Desenho de Macedo. Gravura em madeira de Caetano Alberto.

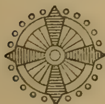
JOÃO PAULO FREIRE (MARIO)

Camillo Castello Branco

E AS QUADRILHAS NACIONAES

CARTAS INÉDITAS

(Com os tres mais feios retratos de Camillo)



LISBOA
LIVRARIA UNIVERSAL
DE
Armando J. Tavares
28, Calçada do Combro, 30
1917

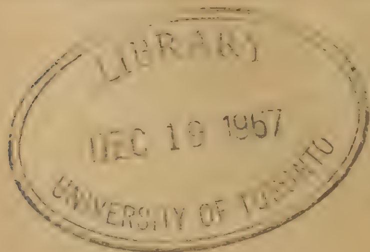
Do mesmo auctor

OBRAS PUBLICADAS

Recordações para a velhice *(Versos)*, 1909.
Dôr que mata *(Episodio dramatico n'um acto, em verso)*, 1910.
Santa Religião (Prosa), 1911.
Ditosa Patria (Versos), 1917.
Camillo Castello Branco *(A Campanha da Lapide)*, 1917.
Entre Gigantes *(A questão Camillo Castello Branco - Guerra Junqueiro)*, 1917.
Terra Luza (Camillo Castello Branco em Vandoma), 1917.

No Prélo:

Entre Gigantes *(2.ª edição revista e augmentada)*.



A meu tio

Manuel da Luz Veneno

Ao seu lealissimo caracter
e á sua extrema bondade.

"AGUA MOLE...."

A abrir o meu livro ***Camillo Castello Branco** — A Campanha da Lapide*, dizia eu, na *Razão do opusculo*, que tudo quanto a Camillo se refere deve vir para a luz da publicidade. Assim penso ainda hoje. E porque, a proposito desse meu livro curiosa correspondencia se trocou entre mim e o illustre camillianista sr. Dr. Julio Dias da Costa, um dos mais lidimos caracteres com quem tenho tersado armas; e porque essa correspondencia, quando mais não seja, representa da parte d'ambos o mais entranhado affecto á memoria de Camillo: resolvi-me, obtida a necessaria auctorisação, publicar, por sua respectiva ordem, a correspondencia trocada, na persuasão de que, quanto a Camillo, o velho aphorismo português da « agua mole em pedra dura... » se ha-de realisar um dia, nas justas e indispensaveis homenagens ao ***Maior de Todos.***

Assim o espero!

Segue, sem mais preambulos, a correspondencia.

Lisboa, 19 de Março de 1917.

Ex.mo Snr.

Renovando os meus agradecimentos pela gentil oferta do seu livro, peço-lhe que me permita algumas observações sôbre afirmações que nele se encontram e que se me afiguram injustas, motivo único por que lhe escrevo.

Essas afirmações são de carácter político, inspiradas pela antipatia de V. Ex.ª pela República, antipatia que eu compreendo, mas que de forma nenhuma pode justificar injustiças, pois que injustiças nunca se justificam.

E V. Ex.ª é injusto no seu livro, permita-me que lho diga, atribuindo à República o desprêzo e a ingratidão para com Camilo.

A sua grande dedicação pelo Mestre, tam abundantemente provada, leva-o à indignação com os factos deploráveis que todos conhecemos, mas o seu ódio à República faz com que V. Ex.ª atribua ao regime ou aos seus homens as culpas dêsses factos.

Tambêm eu me indigno porque a minha dedicação por Camilo é igual à de V. Ex.ª, mas só me queixo da ingratidão nacional, porque, creia V. Ex.ª, não há ingratidão republicana, como não houve ingratidão monárquica, há, apenas e por mal de nós todos, a ingratidão nacional.

É essa ingratidão que tem João de Deus e Garrett há tantos anos arrumados cada um a seu canto dos Jerónimos, prestando-lhes meia-dose de homenagem, que deixou ir para a vala os ossos de Bocage, de mistura com os outros que se encontravam no antigo cemitério das Mercês, que, finalmente e para não aumentar a lista, deixa Camilo no cemitério da Lapa, etc., etc.

É a ingratidão nacional, e só ela.

Feitas estas considerações, que V. Ex.ª perdoará, vou ocupar-me de alguns pontos do seu livro, procurando mostrar o que neles há de injusto.

Falemos primeiro da situação dos netos de Camilo.

Censura V. Ex.ª o parlamento por não ter votado o projecto Derouet.

Não lhe nego a razão. Tem-na e plena. Mas V. Ex.ª, em vários pontos, frisa insistentemente a circunstância de êsse parlamento ser o da República.

Ora V. Ex.ª não ignora que, tendo falecido Jorge Castelo Branco em 1900, e, conseqùente-

mente, caducado a pensão que êle recebia e da qual viviam os netos de Camilo, só em 1906 é que o parlamento votou a pensão que caducou em 1914 pela maioridade do neto mais novo (Manuel) e não de Raquel, como, por lapso, V. Ex.ª diz a pag. 19.

Vê-se, portanto, que o parlamento monárquico levou seis anos para se lembrar dos netos de Camilo.

Acuso eu, por êsse motivo, a Monarquia?

Não; mas tambêm não posso acusar a República porque não discutiu um projecto apresentado há menos de três anos.

Acuso, sim, a miserável ingratidão nacional, a mesma de sempre, em todos os regimes.

Ainda quanto aos netos que V. Ex.ª diz que vão morrendo de fome, quero expor-lhe factos que certamente ignora.

Alguma coisa se tem feito pelos netos de Camilo.

O mais velho, Camilo, veio em fins de Fevereiro de 1916 fazer concurso para escrivão de direito.

Em 15 de Julho foi despachado para Famalicão, e, se o não foi mais cedo, foi por não ter havido vaga que conviesse.

O imediato, Nuno, tinha feito em 1907 concurso para aspirante de fazenda. Até 1910 não foi nomeado. Pode V. Ex.ª ver, sôbre o assunto, o

Dia, de 4 de Abril, o *Mundo*, de 13, e o *Diário de Notícias*, de 1 de Maio, todos de 1910.

Proclamada a República, por motivo de reorganização de serviços, caducaram êsses concursos.

Recentemente abriram-se novos e êle lá foi. Sendo o concurso documental e tendo o Nuno apenas o 2.º ano do liceu, ficou com uma classificação que só muito tarde lhe poderia servir.

Entretanto, porêm, por uma nova lei, encontrou-se em situação de entrar para o Ministério das Finanças como praticante, e, nos termos dessa lei, foi nomeado em Dezembro último.

O lugar de praticante dá direito à promoção a 3.º oficial.

Nesses termos, o Nuno, nomeado praticante em Dezembro, foi agora, em Março, promovido a 3.º oficial, sendo o decreto assinado no dia 10, em que foi pôsto à venda o livro de V. Ex.ª

Simples coincidência, como simples foi tambêm a de ser o ministro que fez a nomeação e a promoção aquele a que V. Ex.ª, a pag. 142, chama *aventureiro de Seia*.

Devo dizer a V. Ex.ª que não pertenço nem pertencerei ao partido dêsse ministro.

Aqui tem V. Ex.ª como, em menos de um ano, foram colocados dois netos de Camilo, em lugares para que são competentes e em que estão vivendo do seu trabalho e não de pensões, como se de inválidos se tratasse.

Devemos louvar a República por êsse motivo? De forma nenhuma.

Devemos, porêm, reconhecer que se fez justiça e que, no meio da ingratidão nacional, ainda houve três ou quatro homens de carácter que, podendo alguma cousa no regime, promoveram que justiça se fizesse.

Teriam sido nomeados no antigo regime se tivesse continuado a vigorar?

Não o contesto, mas estou certo de que tal só se daria se outros homens como aqueles se tivessem empenhado no caso.

Outro ponto pelo qual V. Ex.ª ataca a República, é a malograda trasladação de Camilo para o Panteon, proposta pelo deputado Mourão em 29 (e não 20) de Maio de 1914.

Indigna-se V. Ex.ª com o facto de, em questão prévia, ter sido invocada contra o projecto a lei travão.

Estou absolutamente de acôrdo. Mas V. Ex.ª outra vez frisa que o facto se passou no parlamento da República.

É certo que nesta altura reconhece que não foi só o parlamento republicano que, naquele caso, desprezou Camilo, e cita o que se passou com o projecto Cabral em 1898.

Mas, como se trata do parlamento monárquico, pretende achar para êle uma desculpa nas *recentíssimas vergastadas do Mestre.*

É facto que não diz que julga procedente a alegação da desculpa, mas, como também não contesta o seu valor, suponho que, pelo menos, a aceita benévolamente.

Ora, a mim quere-me parecer que, se é censurável o escrúpulo legalista, demasiado sem dúvida naquele caso, do parlamento de 1914, não o é menos o esquecimento, o desprêzo, a *calaçaria,* como diz o Dr. António Cabral, dos parlamentos de 1898 e 1902, em que não havia, sequer, representação republicana.

Cá estamos outra vez no mesmo ponto — a ingratidão nacional.

Protestemos, pois, como camilianistas e, sobretudo, como *portugueses*, contra essa ingratidão, sempre a mesma em todos os regimes.

Sôbre a questão da trasladação ainda mais umas palavras. Tenha V. Ex.ª paciência para tam longa e desataviada prosa.

Censura V. Ex.ª a imprensa que pouco disse sôbre o caso do projecto Mourão, e transcreve uma local da *Luta,* n.º 3038, que atribui a B. Camacho.

Comentando essa local, V. Ex.ª, cantando a estafada ária da intelectualidade (que, diga-se de passagem, foi composta pelos mais ferozes adversários das idéas de V. Ex.ª), diz que ficou *às aranhas,* sem saber se B. Camacho era ou não pelo projecto, se o queria ou se o não queria.

Ora é pena que V. Ex.ª, que tam precisamente marcou, com indicação de página, coluna, etc., o lugar onde vem a local, não tivesse tido a curiosidade de voltar a página do jornal, porque teria encontrado logo na 1.ª coluna da 2.ª página, o extrato parlamentar da sessão da véspera, onde se lê que aquele deputado, depois de algumas considerações, dissera que *votava o projecto como uma homenagem merecida e justa.*

O mesmo se lê no *Diário da Câmara,* publicação oficial.

Não estará suficientemente provado que B. Camacho *queria* o projecto?

Pertenço ao partido de B. Camacho. Por isso V. Ex.ª poderá acusar-me de facciosismo.

Será mais uma vez injusto.

Abusarei ainda um pouco mais da sua paciência, para me ocupar agora da questão da lápide.

Queixa-se V. Ex.ª da falta de estética da lápide que substituiu a antiga na casa do Largo do Carmo.

Tem razão, mas, se não estou em êrro, a anterior não era mais estética e estava errada.

Ora, tratando-se de assinalar a casa em que nasceu Camilo, *em tal dia*, eu prefiro lápide feia com data certa a lápide artística com data errada.

Melhor seria, sem dúvida, estética e verdade juntas.

Diz V. Ex.ª que não sabe a razão por que

Camilo é chamado na lápide *romancista,* quando poderia ser também o *filósofo,* o *poeta,* o *historiadôr,* o *linhagista.*

É ainda a má vontade de V. Ex.ª que em tudo quere ver, qual feroz agente do Ministério Público, motivos para acusar.

Então não é a de romancista a qualidade primacial de Camilo? Ou queria V. Ex.ª que na lápide se indicassem todos aqueles aspectos da sua figura literária?

Bem sei que *escritor,* por exemplo, compreenderia tudo. Mas então V. Ex.ª acharia outras razões para acusar.

Quanto à chapa da Companhia de Seguros, ou ela já lá estava no tempo da outra lápide e V. Ex.ª nunca deu por isso pois só se queixava do êrro de data, ou foi posta depois e disso não tem culpa quem lá pôs a segunda lápide.

Censura ainda V. Ex.ª o vereador Alves, que nem de vista conheço, de não saber o número da casa. Essa tremenda acusação vai caír, no fim de contas, no nosso comum amigo Branco, que V. Ex.ª sabe ter sido o redactor da proposta Alves.

De resto, das palavras da proposta não se deduz que o redactor ignorasse aquele número.

E, que o ignorasse, que crime é êsse?

Eu não o vejo, como não o vejo no caso do falecido Carvalho Pessoa, vereador monárquico,

que em 1905 propôs que a lápide fôsse colocada na casa do L. do Carmo *tornejando para a Calçada do Sacramento.*

Se é crime não saber qual é o número, mais grave crime deve ser não saber qual é a casa.

E tambêm não sabia o número, como verá, o meu velho amigo e camarada Trindade Coelho, por quem V. Ex.ª manifesta a maior consideração.

Tambêm V. Ex.ª se engana quando diz que a pensão caducou pela maioridade da última neta solteira de Camilo, quando tal facto se deu pela maioridade do neto Manuel.

Que negros crimes!

A pag. 99 promete V. Ex.ª publicar o requerimento de camilianistas pedindo a autorização para substituir a lápide antiga. Não o publica, porêm, o que não me admira, porque êsse requerimento está em meu poder.

Estava, a meu pedido, o ilustre arquitecto e meu amigo Alvaro Machado a fazer o desenho quando a lápide foi substituida, ficando tudo sem efeito.

Êsse requerimento foi assinado, alêm das pessoas que V. Ex.ª indica, pelo Custódio José Vieira e por mim.

Assinámos depois de V. Ex.ª e por isso os nossos nomes não figuram no seu apontamento. Quem não o assinou foi Cruz Magalhães.

Por êsse documento se prova que Trindade Coelho não sabia o número da casa, pois, tendo escrito o requerimento deixou em branco o espaço para o número, que foi escrito por mim.

É tempo de acabar, pois V. Ex.ª, se teve a coragem de chegar até aqui, já deve ter a sua paciência esgotada.

Oxalá que de tam longa estopada alguma cousa se aproveite.

Ficarei muito satisfeito se V. Ex.ª me tiver achado razão, como estou certo de que acontecerá se quiser ver as cousas imparcialmente, reservando os seus ataques para os casos, e não serão poucos, em que tenha razão, e, sobretudo, não misturando a política com o culto de Camilo.

Façamos o culto de Camilo, e aí estarei sempre ao seu lado, façamos alguma cousa digna do Mestre, procuremos, por todos os meios mas sem injustiças, mostrar que há nesta terra quem não esteja gafado da ingratidão, mais uma vez o digo, *nacional e só nacional.*

Assim cumpriremos o nosso dever e seremos justos.

E mais uma vez lhe pede desculpa o seu

admirador

JÚLIO DIAS DA COSTA.

Meu illustre confrade na devoção ao Mestre, e não menos illustre adversario politico.

Entre as muitas cartas que recebi, sobre a publicação do meu livro, é a de V. Ex.ª uma das que melhor satisfez o meu espirito, mais propenso á lucta e á controversia do que aos parabens e ás louvaminhas.

Tem a carta de V. Ex.ª dois aspectos perfeitamente distinctos: o aspecto camillianista e o aspecto politico; e porque este occupa a maior parte das accusações que V. Ex.ª me faz, a este primeiramente responderei, folgando tersar armas com tão leal e cavalheiroso adversario.

Desde já direi porém a V. Ex.ª que, por muito extensa que seja a minha resposta, ella o seria mais ainda se me sobejasse tempo para o fazer.

Mas não sobeja! Escravisado ao trabalho imbecilmente torturante de inscrever porcas e parafusos e de fazer calculos arithmeticos sobre entradas e sahidas de oleos e de ferros, de cantoneiras e de succatas, ai! de mim!, o tempo mal me chega para á noite tratar da minha vida jornalistica, n'estas galés malditas dum trabalho sem brilho, nem satisfação intellectual e que mal me

vae dando apenas para o amarello pão do sr. Antonio Maria da Silva!

Cá estou eu cahindo, sem querer, nas allusões politicas...

Fala V. Ex.ª na *minha antipathia pela republica.*

Não a nego, não a negarei nunca; e porque não comprehendo duas medidas na vida, nem duas caras como o feijão frade, eu não posso, meu Ex.mo adversario, em todos os meus actos, desligar do meu *eu* intellectual, o meu *eu* politico.

Mas não queira V. Ex.ª vêr, n'esta minha classificação, a forma politica monarchica ou a forma politica republicana, quando mesquinhas e réles, em pyjamas de ao levantar da cama. Não. Eu tenho intellectualmente tanto desprezo por uma como por outra, sob o ponto de vista da sua execução, nos ultimos cem annos de vida politica portuguesa.

Se a minha debil voz valesse algo na engrenagem da politica, nem uma hora teria existido a monarchia constitucional, e nem um minuto teria realisação pratica o bamburrio da Rotunda.

Não me julgue V. Ex.ª *miguelista*, mas pode V. Ex.ª affoitamente acoimar-me de *reaccionario*, se á palavra *reacção* V. Ex.ª der o significado de reagir contra a hypocrisia. Que as formulas governativas, fóra da ancestral maneira dos velhos patriarcados (que obsoleta coisa, exclamará V. Ex.ª) das tribus nómadas, são apenas lindas maneiras de

enthronisar a mentira, canalisando-lhe as benésses para o chão árido do Egoismo.

Claro que, cada um de nós tem uma aspiração ideal, e por isso mesmo irrealisavel, sobre politica. Como porém as exigencias das sociedades nos mandam optar por uma forma politica hodiernamente organisada, cada um de nós segue o caminho que mais logicamente lhe traçam a sua orientação intellectual, o ambiente em que vive e a educação sociologica que teve. E assim V. Ex.ª, espirito rasgadamente liberal, preferiu o systema republicano, e eu, creatura reaccionaria, debil espirito que jamais pude comprehender os Direitos do Homem, (em *caixa alta*), encontrei-me dentro do systema monarchico constitucional, aquelle que mais se approxima do principio monarchico puro, pallido reflexo das divinas instituições das sociedades que «os povos civilizados d'hoje» vão chamando selvagens, e cuja explendida organisação V. Ex.ª pode ainda estudar n'este nosso querido rincão de Portugal, nas terras agrestes do Barroso...

Mas não me alongarei. O assumpto é vasto e a carta de V. Ex.ª demanda outras respostas.

Entendidos pois quanto a politicas: V. Ex.ª republicano intransigente; e eu intransigente reaccionario.

Essa intransigencia porém não obseca o meu espirito critico, ao contrario do que V. Ex.ª sup-

põe, não me levando portanto a commetter injustiças, de caso pensado e por perrice ao regimen constituido pela força das armas e pela cobardia dos defensores das instituições depostas.

Antes pelo contrario—obriga-me sim, mas é a medir melhor as minhas affirmações para poder sahir a são e salvo da minha integridade critica.

Diz V. Ex.ª que eu sou injusto *attribuindo á republica o desprezo e a ingratidão para com Camillo.*

Não, meu Ex.mo Confrade. Não ha nem pode haver injustiça em semelhante affirmação, porquanto a republica nada mais tem feito do que avolumar, duma maneira espantosa, o cretinismo monarchico dos ultimos annos do extincto regimen para com a memoria sagrada do Mestre.

E deixe-me V. Ex.ª dizer-lhe: eu não tenho odio á republica -- a esta republica! — porque o odio é incompativel com o desprezo, e eu desprezo fundamentalmente um regimen que ha seis annos vem passando attestados de homens de bem a todo o fiel patife que faça colear as costas d'um thalassa (passe o termo) pela flexibilidade d'um cavallo-marinho.

Affirma V. Ex.ª que não ha ingratidão republicana, como não houve ingratidão monarchica, mas sim ingratidão nacional.

De duas uma: ou V. Ex.ª concorda commigo, e os modernos regimens não representam as vontades dos povos, ou, se as representam, as ingra-

tidões d'estes são pertença integrante d'aquelles. E portanto houve ingratidão monarchica attenuada pelos factos que são do dominio publico e V. Ex.ª conhece tão bem como eu; e ha ingratidão republicana, sem attenuações, porque os factos contidos na sua carta sobre os netos do tantalisado de Seide nada representam de pagamento de quotas em atrazo na grande divida nacional de que é crédor Camillo Castello Branco.

Estes são os pontos exclusivamente politicos da carta de V. Ex.ª

A elles respondi com a franqueza que ponho em todos os meus actos e da qual jamais abdicarei.

Muito ha ainda a dizer porém sobre outros pontos, mas como isto não vae a matar, nem é sangria desatada, tenha V. Ex.ª a paciencia de me ir lendo, que eu vou tendo o agradavel prazer espiritual de lhe ir respondendo a par e passo, nas breves folgas do meu trabalho quotidiano, n'este roubo de descanço que ás minhas já reduzidas horas de somno vou fazendo.

Diz V. Ex.ª:

«Ora V..., não ignora que, tendo fallecido Jorge Castello Branco em 1900, e, consequente-

mente, caducado a pensão que elle recebia e da qual viviam os netos de Camillo, só em 1906 é que o parlamento votou a pensão que caducou em 1914 pela maioridade do neto mais novo (Manuel) e não de Rachel, como, por lapso, V.... diz a pag. 19.»

E a seguir:

«Vê-se, portanto, que o parlamento monarchico levou seis annos para se lembrar dos netos de Camillo».

Houve realmente lapso da minha parte a quando da publicação do artigo, e descuido depois na sua coordenação. Havia até apontado esse facto, de ser o neto Manuel e não a neta Rachel, mas o apontamento ficou sem effeito e a asneira subsistiu.

Quanto á *calacice* do parlamento monarchico ella é bem a *calacice* e a desvergonha de todos os parlamentos, em todos os regimens e em todos os paizes parlamentares. E isso não deve trazer espantos a ninguem e muito menos a V. Ex.ª, que é um espirito culto, visto que os parlamentos são formados pela incompetencia cavalgando a audacia e nunca como n'esses soalheiros de má lingua e perversão constitucional o aphorismo la-

tino de que a *Fortuna ajuda os audazes* teve mais completa e perfeita realisação!

Mas isso pouco monta para o caso. O que eu preciso é que V. Ex.ª me diga se a monarchia, apesar da indignidade e da ingratidão do seu parlamento, teve ou não o sentimento preciso e a vergonha necessaria para não deixar de pagar pontualmente o que de direito pertencia á descendencia infeliz do Grande Camillo, embora esse *direito* não estivesse legalizado pelos Accacios nacionaes — que, apesar de Accacios, na sua maioria, ainda se distanciavam, infinitamente, do Urbano, do Sá Pereira, mais do Henrique de Vasconcellos, *et roeliqua*...

Se a monarchia pagou — o facto do Parlamento monarchico *levar seis annos para se lembrar dos netos de Camillo* só quer dizer que, embora muito superior, já não prestava, o que não admira, repito, porque o mal vem mais de traz — das origens dos regimens *novos*, optimas desorganisações assentes sobre os pôdres dos regimens *velhos*...

Affirma ainda V. Ex.ª:

«Alguma coisa se tem feito pelos netos de Camillo».

Não ha duvida. Eu conhecia já, pelo muito

que me interessa tudo quanto a Camillo diz respeito, toda essa historia da collocação dos Netos, trabalho herculeo para o qual não pouco contribuiu o esforço energico do nosso commum amigo o Dr. H. Trindade Coelho, o grande e devotado admirador do Mestre.

Mas o que V. Ex.ª esquece, e eu vou lembrar-lhe, são as palavras de Brito Camacho, ou de alguem por elle n'*A Lucta*. Não sei em que numero, não sei em que dia, nem sequer li o suelto. Mas, segundo informações fidedignas, após a collocação do neto Camillo, para Famalicão, *A Lucta* declarava *que era pena Camillo não existir para causticar, com a sua prosa, todos aquelles que para lhe pagarem dividas de gratidão lhe collocavam os netos escrivães.*

Isto é phantastico, meu Exmo amigo, e a sua qualidade de unionista e a muita consideração que V. Ex.ª me merece, vedam-me o campo aos justos commentarios que a tal respeito me saltam agora aos bicos da penna...

Mas nota ainda V. Ex.ª:

«Simples coincidencia, como simples foi tambem a de ser o ministro que fez a nomeação e a promoção aquelle a que V., á pag. 142, chama *aventureiro de Seia.*»

Ora V. Ex.ª conhece certamente toda a his-

toria do caso. Sabe tão bem como eu os passos e as demoras que tudo isso levou e quanto para tal conseguimento trabalharam alguns Camillianistas, e entre elles Trindade Coelho e o grande poeta da *Musa em Ferias!*

V. Ex.ª sabe tudo isto, de maneira que o facto do Affonso ter posto o seu nome n'esse despacho não tira nem põe coisa alguma ao meu qualificativo de *aventureiro de Seia.*

Mesmo sob o ponto de vista de homenagem a Camillo, elle só mereceria a minha gratidão se se tivesse antecipado aos pedidos e aos rogos, assignando o decreto. Assim, não; continuou sendo apenas o mesmo pequenino miseravel da lei travão arvorada em gladio justiceiro!

Mas volta V. Ex.ª á carga:

«Ora a mim quere-me parecer que, se é censuravel o escrupulo legalista, demasiado sem duvida n'aquelle caso, do parlamento de 1914, não o é menos o esquecimento, o desprezo, a *calaçaria,* como diz o Dr. Antonio Cabral, dos parlamentares de 1898 e 1902 em que não havia, sequer, representação republicana.

«Cá estamos outra vez no mesmo ponto — a ingratidão nacional».

Não estou de accordo, meu Ex.mo Amigo. Para

isso, repito, era preciso que os parlamentos representassem a vontade da Nação. Mas os parlamentos são exclusivamente a representação de certas e determinadas quadrilhas nacionaes. Logo, não ha ingratidão nacional — mas sim ingratidão das quadrilhas nacionaes.

E não ha ingratidão nacional porque nós todos camillianistas, partes integrantes da Nação, nos vamos dia-a-dia lembrando do Mestre, pugnando por que justiça lhe seja feita e tentando por todos os modos diminuir a ingratidão das quadrilhas. E n'este caso nós é que somos a Nação e não elles. E a nossa ingratidão não existe, mas sim a d'elles.

Não é V. Ex.ª de accordo?

Paciencia...

Pergunta-me V. Ex.ª referindo-se ao caso do Director d'*A Lucta:*

«Não estará sufficientemente provado que B. Camacho *queria* o projecto?»

Concedo. B. Camacho queria o projecto no Parlamento, mas preferiu fazer *blague* na *Lucta.*

Maneiras de proceder que podem prestigiar um politico *piadista,* mas não honram um homem de justiça sã e recto procedimento.

Desculpe V. Ex.ª a brusca confissão, mas eu não sou como o outro que possuia a palavra para

encobrir o pensamento... Mal ou bem, entendo as coisas assim e assim as digo ou as escrevo.

Pelo que diz respeito á lapide do largo do Carmo, quer uma quer outra lá foram postas por Camaras republicanas. Portanto, e n'este caso, logica conclusão: a primeira negligente e ignorante; a segunda delambida e malcreada. E digo delambida e malcreada porque essa Camara tinha o dever moral de se ter entendido comnosco, visto que sabia perfeitamente o que nós pensavamos fazer e a altura em que se encontravam os nossos trabalhos.

Sobre os dizeres d'essa vergonhosa lapide pergunta-me tambem V. Ex.ª:

«Então não é a de romancista a qualidade primacial de Camillo?»

É possivel que sim, mas salvo o devido respeito e sob o meu ponto de vista pessoal, discordo. Camillo, acima de todas as suas altissimas qualidades, tem uma mais elevada ainda do que todas as outras: a de psycologo, e logo a seguir a de pamphletario.

Mas não discutirei por agora o caso, que nos levaria, a mim que não tenho tempo e a V. Ex.ª que não fez voto de aturar maçadas do tamanho da legua da Povoa, a largas considerações e citações. Tanto mais que no meu pobre livro, a pa-

ginas 103, lá digo:—«quando afinal o nome de Camillo, unico, isolado, grandissimo na propria enunciação, a si se bastava para maior honra e gloria de si mesmo e da Patria.»

Continuo a pensar assim. Se lá teem posto só *Camillo Castello Branco*, tinham feito, quanto a mim, obra decente. Assim, permitta-me V. Ex.ª o plebeismo, borraram mais ainda a já borrada pintura!...

Chega a vez de dar razão a V. Ex.ª. É quanto á questão do vereador Alves ignorar o numero da porta da casa do largo do Carmo. Effectivamente V. Ex.ª tem razão. Esse facto não prova nem tira absolutamente nada á intelligencia do sr. Alves. Foi um ponto a mais de debique na campanha contra a choldra do Pelourinho, que de pelourinho devia estar ha muito, principalmente dês que vae consentindo esta vergonha d'uma cidade ás escuras para gaudio de todos os admiradores do alheio, e de todos os apaixonados galantes com Ophelias sentimentaes logo abaixo do 1.º andar...

Vou terminar, meu Ex.mo Confrade e illustre adversario politico. Resta de pé uma outra affirmação verdadeira de V. Ex.ª: a de que, promettendo eu publicar o requerimento dos Camillianistas pedindo auctorisação para substituir a lapide antiga, o não fiz. Tem V. Ex.ª razão, repito. Foi lapso meu, porque, sabendo eu antecipa-

damente que o original estava nas mãos de V. Ex.ª, facil me seria obter de V. Ex.ª a necessaria copia. E se tal tivesse feito, e foi certamente este inferno da falta de tempo em que vivo que me não permittiu o fizesse, eu não tinha commettido a imperdoavel *gaffe* de não citar o nome de V. Ex.ª e o do sr. Custodio José Vieira, e publicado o do sr. Cruz Magalhães, que eu estava na supposição de o ter assignado.

E ponto final n'esta resposta, que só me atrevi a escrever fiado na muita benevolencia do meu illustre Confrade no culto a Camillo. Quem é como V. Ex.ª um habil e arguto advogado, tem que o ser ao mesmo tempo pacientissimo para aturar os clientes que de leis não percebam e só sirvam, como eu, para pedirem desculpa e se confessarem como eu tambem me confesso, seu

24/3/917.

Gratissimo admirador,

JOÃO PAULO FREIRE.

(Mario).

28-III-917.

Meu ilustre Confrade:

Recebi a sua carta. Só hoje lhe respondo, e não o fiz mais cedo por falta de tempo. Cada um tem a sua escravidão, os seus parafusos, os seus óleos, os seus ferros. V. Ex.ª tem a sua vida acorrentada a essas cousas e eu estou, como os antigos servos, adstrito à gleba burocrática, porque, embora V. Ex.ª o não acredite, sou um burocrata que trabalha.

E aqui vem a propósito dizer-lhe duas palavras sôbre a parte final da sua carta, em que V. Ex.ª diz que eu sou um hábil e arguto advogado.

Que não sou hábil nem arguto, já V. Ex.ª o sabe e só a sua muita gentileza o fez escrever tais palavras. Resta-me dizer-lhe que não sou advogado.

A advocacia foi na minha vida um breve episódio. Hoje sou, simplesmente, um funcionário público.

E vamos ao assunto, para roubar a V. Ex.ª o menos tempo possível.

Gastou o meu ilustre confrade algumas páginas da sua carta a justificar ou a explicar as razões por que é monárquico e reaccionário (é de V. Ex.ª a classificação) para chegar à conclusão de que ficamos entendidos quanto a política: V. Ex.ª intransigente reaccionário, eu intransigente republicano.

Não direi que essas páginas sejam inúteis, porque o que V. Ex.ª escreve é sempre útil, pelo menos pela forma brilhante como expõe as suas idéas.

Mas não posso deixar de dizer que eram, na sua essência, desnecessárias.

Eu sei de há muito que V. Ex.ª é um intransigente monárquico, como eu sou um intransigente republicano.

Não pretendi convertê-lo. Nem tenho qualidades de propagandista, nem sou capaz de fazer qualquer espécie de galopinagem.

Alêm disso, tenho pelo seu carácter toda a consideração que me merecem todos os sinceros, todos aqueles que, tendo uma idéa, seja qual fôr, pautam a sua vida segundo essa idéa e seguem em linha recta.

Êsses é que me merecem consideração e nunca procuro desviá-los, porque isso seria ofendê-los e ofender os meus próprios princípios, porque eu sou, como V. Ex.ª, um homem de princípios.

Os outros, os que só teem fins, desprezo-os

absolutamente, seja qual fôr o campo em que se encontrem, mesmo que seja o meu.

E' por isso que eu sou um republicano intransigente, mas não sou um político.

Não havia, pois, que justificar, nem era necessário estabelecer o que cada um de nós era quanto a política. Eu não o acusei de ser monárquico, não acuso ninguêm de ter idéas ou opiniões.

Apenas disse que V. Ex.ª era injusto nas suas afirmações e que a isso era levado pela sua antipatia pela República, a esta atribuindo o desprêzo por Camilo, sem querer ver que êsse desprêzo vem de longe, independentemente de regimes.

E devo dizer-lhe que a sua carta não conseguiu desfazer-me essa impressão.

Creia V. Ex.ª que isto não é pirronismo; se me tivesse convencido, eu lialmente o confessaria. A minha inteligência, embora limitada, não é, todavia, daquelas que os argumentos não convencem.

Diz V. Ex.ª que não foi injusto e procura demonstrá-lo. Vejamos.

Diz que a República nada mais tem feito do que avolumar, duma maneira espantosa, o cretinismo monárquico dos últimos anos do extinto regime para com a memória sagrada do Mestre.

Começo por não estar de acôrdo neste ponto. Não concordo com o termo *avolumar*. Ainda concederia que V. Ex.ª dissesse *continuar*, e isto por-

que sou, como V. Ex.ª, de opinião que o que se tem feito pelos netos de Camilo não representa o pagamento da dívida.

Confrontemos o que se fez em Monarquia e em República, restringindo-nos aos três pontos— pensão e situação dos netos, lápide e trasladação.

A Monarquia concedeu a pensão, seis anos depois de ter caducado a do Jorge — a República não discutiu o projecto de nova pensão, apresentado há três anos.

A êste respeito pregunta-me V. Ex.ª se a Monarquia não pagou pontualmente o que de direito pertencia à descendência infeliz do grande Camilo, embora êsse direito não estivesse legalizado.

Não lhe posso responder, mas parece-me que a pregunta de V. Ex.ª envolve, pela forma como está feita, a suspeita de que assim foi.

Hei-de colher sôbre o caso informações seguras, e com a minha lialdade de sempre direi a V. Ex.ª o que tiver averiguado.

Quanto à situação dos netos, independentemente da pensão que êles, os homens, não pretendiam, não foram colocados em Monarquia e dois já o foram em República.

Nesta altura devo recordar que na minha primeira carta escrevi que a República não merecia louvores por êsse facto.

Diz V. Ex.ª, sôbre êste ponto, que conhece

toda a história da colocação dos netos; não a conhece tam bem como julga, mas isso nada tem para o caso presente, pelo que fica para outra ocasião.

Quanto à lápide afirma V. Ex.ª que ambas foram postas por câmaras republicanas. Não tive ocasião de o averiguar quanto á primeira, mas aceito a afirmação de V. Ex.ª

Neste ponto ocorre-me dizer a V. Ex.ª que tanto o êrro da primeira como a falta de estética da segunda, não me parece que se devam atribuir à Câmara, isto é, aos vereadores, mas sim à repartição respectiva.

V. Ex.ª não ignora que a Câmara tem a repartição de obras (creio que é essa) e que essa repartição é que executa as deliberações sôbre assuntos da sua competência.

A repartição errou da primeira vez e contra isso protestou um vereador, Agostinho Fortes, em sessão de 15 de Agosto de 1912. Infelizmente limitou-se ao protesto platónico, segundo parece, porque continuou a lápide errada até 1915.

Mas o que é facto é que o êrro não foi da vereação, mas sim da repartição, embora mantido depois pelo desleixo da Câmara, não obstante o protesto dum dos seus membros.

Remediou-se, porêm, o êrro, mas V. Ex.ª ainda não ficou satisfeito, pela falta de estética

da nova lápide e por a Câmara se não ter entendido com os signatários do requerimento.

Quanto a esta parte, devo lembrar a V. Ex.ª que foi o Branco, signatário do requerimento, que promoveu a resolução da Câmara.

Ora, ou o Branco disse ao vereador a quem pediu que apresentasse a proposta, que existia o requerimento, ou não o disse. Se não o disse, o homem não podia adivinhar que havia tal idéa; se o disse, o vereador entendeu naturalmente que Branco representava legítimamente os requerentes, tanto mais que apresentava a proposta já redigida.

Cita V. Ex.ª, quanto aos dizeres da lápide, as suas palavras a pag. 103 do seu livro.

Estou absolutamente de acôrdo e a prova é que quando pedi ao arquitecto Álvaro Machado que fizesse o desenho da lápide, lhe dei a nota dêsses dizeres com o simples nome de Camilo, sem mais títulos nem adjectivos.

Parece-me que não há incoerência entre esta minha opinião, concorde com a de V. Ex.ª, e o que escrevi na minha carta anterior. O que eu disse foi que achava bem a designação de romancista, quando, entende-se, se lhe quisesse dar qualquer título, o que não briga com a minha opinião de que deveria ser apenas—Camilo Castelo Branco.

Resta-nos a questão da trasladação—Monar-

quia e Repúlica fizeram o mesmo, isto é, nada fizeram.

Aquela desprezou o projecto Cabral, esta fez o mesmo ao projecto Mourão.

Resumindo, vemos que, quanto a pensão o actual regime ao fim de três anos ainda não fez o que o antigo fez ao fim de seis, quanto á colocação dos netos o antigo nada fez e o novo colocou dois, quanto á lápide, fez-se um êrro de *repartição*, que foi rectificado, e que quanto a trasladação para o Panteon, nada se fez nem agora nem noutros tempos.

É de justiça que se diga que a República *avolumou* o desprêzo antigo pela memória do Mestre?

Mesmo pondo de parte a colocação dos netos (pela qual, repito, o regime não merece louvores) como verba insignificante na amortização da dívida, devemos reconhecer que o desprêzo não foi *avolumado*, mas apenas *continuado.*

Agora, e perdôe-me o meu ilustre confrade se lhe roubo mais algum tempo ao seu reduzido e precioso descanso, mais algumas palavras sôbre outros pontos da sua carta.

Diz V. Ex.ª, ainda a respeito da pensão, que a *calacice* do parlamento monárquico é a mesma de todos os parlamentos, em todos os regimes, porque êsses parlamentos são a perfeita e completa realização do aforismo latino que V. Ex.ª,

não confiando nos meus conhecimentos da língua de Cicero, teve o cuidado de traduzir, o conhecido *Audaces Fortuna juvat.*

Diz mais que os parlamentos não representam a vontade da nação, mas das quadrilhas nacionais.

Não negarei a V. Ex.ª a razão, nem discutirei agora o que são as tais quadrilhas.

Mas, aceitando a afirmação de que assim é em todos os regimes, congratulo-me por ver que V. Ex.ª está de acôrdo comigo. O mal será nacional, será das quadrilhas nacionais, será dos parlamentos *de todos os regimes*; logo, não é do parlamento republicano, como não foi do monárquico.

Refere-se V. Ex.ª ao que a *Luta* publicou sôbre a nomeação do neto Camilo.

Não leu o *suelto* e não sabe em que número veio. Foi no n.º 3798, de 20 de Julho de 1916. Disse realmente a *Luta*, pouco mais ou menos, o que V. Ex.ª diz, abstendo-se de comentar em atenção à minha qualidade de unionista e à consideração que lhe mereço.

Agradeço, mas tenho a dizer-lhe que me não melindrariam quaisquer comentários.

A *Luta* não é para mim o evangelho.

Eu não aceito dogmas; penso, bem ou mal, pela minha cabeça.

Sou unionista, tenho por Brito Camacho, alêm das ligações políticas que datam de muito antes

de proclamada a República, uma grande amizade pessoal, é B. C., depois do Custódio José Vieira, que considero irmão, a pessoa de quem sou mais amigo, mas não estou, por êsse facto, obrigado a concordar com todas as suas opiniões, ou a julgá-las intangíveis. Podia, portanto, o meu ilustre confrade ter escrito aqueles comentários *que lhe saltaram aos bicos da pena.*

Devo dizer-lhe, porêm, que essa local (cujo autor desconheço) foi provocada pela exploração política que se fez com a nomeação do Camilo. Isso constitui um capítulo da história da colocação dos netos de Camilo, que lhe hei-de fazer quando o meu ilustre confrade me der a honra duma visita. Então o meu amigo verá a documentação e ficará conhecendo a história.

Eu lhe direi quando há-de ser, porque quero aproveitar a ocasião para lhe mostrar a minha camiliana, o que agora não posso fazer porque tenho tudo desarrumado por causa duma nova instalação.

A respeito da questão do *aventureiro de Seia*, nada tenho a dizer.

V. Ex.ª é que julgou que eu pedia a sua gratidão, quando eu notei uma mera coincidência, no que vejo agora que fui infeliz, porque dei ocasião a uma errada interpretação das minhas palavras.

Vou terminar e já não é sem tempo. Demasia-

damente tenho abusado da sua paciência, embora procurando ser o menos difuso possível.

Diz V. Ex.ª que não há ingratidão nacional porque nós camilianistas, parte integrante da Nação, nos lembramos do Mestre pugnando por que justiça lhe seja feita e procurando diminuir a ingratidão das quadrilhas.

Sem voltar a discutir se a ingratidão é nacional ou das quadrilhas, como V. Ex.ª diz, estou ao lado de V. Ex.ª e de todos os camilianistas para essa obra de justiça.

Vamos, pois, a ela, sem desfalecimentos, sem desânimos, sem querermos saber das opiniões de cada um para termos todos a mesma opinião — a de que é absolutamente necessário para honra de todos que o Mestre tenha a consagração devida.

Sabe-o V. Ex.ª tam bem como eu e mais do que eu tem trabalhado por essa consagração.

Continuemos todos a trabalhar, cada um segundo os seus méritos, mas todos com igual vontade, com o único fito de consagrar o Mestre.

Assim não se chocarão opiniões, não haverá questões irritantes (não julgue que me refiro á nossa correspondência sôbre o assunto que tem sido simples conversa entre duas pessoas bem educadas) e conseguiremos o nosso fim.

Para a política o campo é outro e nesse não me encontrará V. Ex.ª porque, como já disse, não sou *um político*.

Brevemente lhe direi quando a minha colecção estiver em condições de ser vista, para me dar o prazer da sua visita. Terá ocasião de ver uma camiliana sem muitas raridades mas com algum merecimento.

O que não quere dizer que não esteja sempre ás suas ordens esta sua casa.

Creia-me

grato admirador

JÚLIO DIAS DA COSTA

Presadissimo e illustre Confrade

Ha nas cartas de V. Ex.ª um tão grande cunho de lealdade e de franqueza, que, se eu o não soubesse antecipadamente, me garantia á saciedade esta consoladora certeza, que muito o deve orgulhar—a de ser V. Ex.ª um dos poucos homens de bem com quem se pode tratar, sem sahirmos, do cumprimento ou da peleja, anavalhados pelas costas.

Eu não sei se é só na sociedade portuguesa que o facto desconsolador das encruzilhadas literarias se dá com uma frequência que arrepia! Mas quer-me parecer que sim...

Mal a gente se descuida e tem as tripas da reputação á mostra. Vai-se a ver quem foi o bandoleiro que nos deu a naifada, e encontra-se as mais das vezes na nossa frente Sua Ex.ª o Sorriso, desfazendo-se em salamaléques e em parvoinhos elogios ao nosso talento e mais partes. E por via de regra ainda, Sua Ex.ª o Sorriso, é a mascara hedionda do primeiro lagalhé a quem na vespera, misericordiosamente, estendemos a mão, n'um gesto franco e amigo de quem não deve

nem teme e de quem tem um grande coração para perdoar as injurias do proximo.

Ora com V. Ex.ª pode a gente afoitamente tratar. V. Ex.ª é dos raros portugueses d'hoje, que possue bem viva e bem gloriosa, a admiravel tradicção da franqueza e da lealdade portuguesas dos seculos em que Portugal podia ainda empenhar as barbas honradas d'um velho á conta d'altos emprestimos!

É tudo isto, meu illustre confrade, que me atira para o Passado e que levanta ante mim e o Presente uma barreira instransponível!

D'ahi o meu reaccionarismo, que eu salientei não tambem para converter V. Ex.ª, nem tão pouco para propagandear as minhas ideias, mas tam sómente para expôr principios e chegar a conclusões que suppuz indispensaveis.

Que V. Ex.ª não era *um politico*, sabia-o eu; mas ainda bem que eu não classifiquei o acto de B. C., porque, embora V. Ex.ª não acceite dogmas, nem a *Lucta* seja para V. Ex.ª um evangelho, entretanto B. C. é, depois de Custodio José Vieira, o seu maior amigo. E n'este caso não havia nem ha da minha parte necessidade de classificar um disparate que pode mesmo, perante razões que por emquanto desconheço, ter justificação plausivel, — dentro d'um organismo azedo, entenda-se.

Mas caminhemos por partes.

E vamos a ver se devagar eu consigo d'esta

vez justificar o meu pensamento mais e melhor do que na minha primeira resposta.

V. Ex.ª ainda *me concede* que a Republica tenha *continuado* a ingratidão monarchica quanto a Camillo, mas não está d'accordo que ella *avolumasse* essa ingratidão; e d'aqui o V. Ex.ª continuar mantendo a opinião de que as *injustiças* do meu livro *proveem* da minha antipathia pela Republica.

Ora permitta-me V. Ex.ª este raciocinio, que o seu afinco aos principios republicanos, que eu muito respeito, lhe não deixavam vêr.

V. Ex.ª concede-me que a Republica *continuasse* a ingratidão monarchica para com o Mestre. Se *continuou*, e não amortizou parte ao menos da divida existente, essa divida, necessariamente, *avolumou-se*.

É o caso.

Por todas as razões e mais uma a Republica, se fosse o que idealmente pretendem que ella seja, já ha muito teria pago a Camillo, com capital e juros, a divida em aberto. Mas ella não só lh'a não pagou, como ainda, pelas resoluções do seu mais alto corpo executivo, demonstra pela memoria do mais preclaro espirito da nossa raça um desprezo que seria de morte se elle não fosse ferir, de recochete, os proprios que o commettem.

Mas não admira. A Republica, como todos os regimens constitucionaes, é composta de quadrilhas; estas são arrancadas aos mais habeis ele-

mentos da patifaria nacional, e d'ahi o ter V. Ex.ª todos os nossos vultos á mercê da consagração dos amigos — um restricto numero de maduros — abençoada madureza! — que d'elles se occupam e com elles se preoccupam.

Ora os regimens do principio absoluto do mando, teem esta enorme vantagem: a de não terem a incompetencia esfomeada das quadrilhas sem valor intelectual, e ainda o de encarnarem n'um só homem que, mercê do ambiente umas vezes, do seu proprio valor outras, nos pode dar o *seculo d'Augusto*, o explendor de Luis XIV, a maravilhosa epopeia economico-intelectual de D. Diniz, ou o nosso seculo não menos explendoroso das descobertas, das conquistas e dos monumentos!

As quadrilhas não podiam fazer isso, fosse com que rotulo fosse, porque — ai! d'ellas e ai! de nós! — em vêz de miólos possuem um estomago que vae desde as adiposidades do ventre até ao couro cabelludo. É um estomago phenomenal, hiper-extraordinario, ao qual V. Ex.ª, adaptando umas pernas e uns braços, furando uns olhos e rasgando uma bocca tão grande como o infinito insatisfeito, poderá chamar, querendo, Sá Pereira ou Urbano Rodrigues, Affonso Costa ou Zé do Valle. O nome varia; o estomago permanece. A farda muda: uns travestidos de donos, outros

de lacaios, mas os miolos são os mesmos, porque obedecem ao mesmo principio de pilhagem.

Aqui tem V. Ex.ª, quanto a mim, por que a Republica só pode avolumar e só tem avolumado a serie enorme de disparates, incongruencias, baixezas e ingratidões que n'esta desgraçada terra se veem commettendo, para com a memoria de Camillo, no já longo transcurso de duas dezenas d'annos.

Mas veja V. Ex.ª como a minha antipathia pela Republica me não obseca o espirito até ao ponto da injustiça consciente.

Ahi tem V. Ex.ª o meu livro *Entre Gigantes* a provar-lh'o.

Junqueiro é um republicano; é mesmo um dos mais detestados republicanos por uma certa geração de *monarchicos* que, para espantarem o burguês (não é falta de confiança no francês de V. Ex.ª) vão fazendo affirmações iconoclastas que seriam ridiculas se não fossem parvas.

Ora para mim, Junqueiro, que tem versos detestaveis sob o ponto de vista religioso, tem por outro lado joias de tão alto valor que seria uma necedade negar-lh'os.

D'ahi o eu, intransigente monarchico, dizer a Junqueiro republicano que o considero no momento actual o mais alto espirito poetico da nossa raça.

É claro que, do fundo da minha pequenez,

esta consideração pelo auctor da *Velhice* nada tira e nada põe. É uma gotta d'agua dôce no turbilhão revolto do mar largo. Mas é o que eu penso e vem agora a proposito frisar para dizer a V. Ex.ª que se engana quando suppõe que o meu espirito politico obseca o meu espirito litterario.

Quod erat demonstrandum...

Quanto ao caso da pensão, embora sejam preciosas as informações que V. Ex.ª me promette, a conclusão deve ser a mesma que é hoje — calacice e desvergonha das quadrilhas monarchicas, avolumada pela calacice e desvergonha das quadrilhas republicanas.

E pelo que respeita á collocação dos netos de Camillo, quando eu affirmei a V. Ex.ª que conhecia toda a historia do caso, estribava-me n'uma carta *confidencial* que recebi sobre o assumpto e cujo signatario por esse facto occulto.

Mas, desde que V. Ex.ª me promette largas informações sobre esse, pelo que vejo, malfadado caso, aguardo-as com a curiosidade e o interesse que elle me merece e a attenção que tenho pelos escrupulos honestissimos que V. Ex.ª põe sempre em todos os seus actos.

Voltemos ainda á questão da lapide.

Folgo por ver que V. Ex.ª está em pleno accordo commigo quanto á lapide em si.

Quanto ao ser a responsabilidade só da repartição competente, desculpe-me V. Ex.ª mais este desaccordo, mas não posso admittir que em assumpto de tanta monta, a Camara (que eu volto a repetir era republicana, presidida até, salvo erro, por um neo-republicano despeitado da monarchia, o sr. Anselmo Braamcamp Freire, homem erudito e de relativo valor literario), não tivesse convenientemente fiscalisado toda a execução das suas ordens, desde a esthetica até aos dizeres, e não permittisse que, quer em esthetica, quer em verdade historica, ella fosse aquella vergonhosa coisa que a minha campanha fez modificar, senão para melhor quanto a esthetica, ao menos para melhor quanto á verdade.

Contra o erro protestou, diz-m'o V. Ex.ª, o vereador Agostinho Fortes.

Só vim a conhecer o facto já depois do meu livro impresso, em conversa com Agostinho Fortes, em sua casa. Se o tivesse sabido antes, tel-o-hia affirmado no meu livro.

Eu conheço Agostinho Fortes, e tenho pela sua intelligencia e pela sua honestidade a maior consideração. Além d'um homem culto, Agostinho Fortes é um homem de bem, quando fóra das quadrilhas.

Mas esse republicano, que eu pessoalmente muito prezo, está dentro das quadrilhas e illaqueado pelas quadrilhas. D'ahi os seus protestos platoni-

cos; d'ahi a inutilidade dos seus esforços, tão inuteis dentro da Camara Municipal quando vereador, como hoje dentro do senado. membro do alto corpo legislativo da Republica.

De quem é a culpa? D'elle? Evidentemente que não, mas sim do absorvente meio das quadrilhas que tudo amarfanham, tudo destroem, tudo prejudicam.

E agora sou eu quem tem que dar razão a V. Ex.ª pelo que respeita ao Nunes Branco.

Uma grande parte da culpa pertence-lhe de facto; mas elle tem uma attenuante para o seu peccado: o seu bairrismo de lisboeta e a sua amisade por dois dos vereadores da lista publicada no meu livro.

E' uma fraca attenuante? Será... Mas sempre é uma attenuante que é justo salientar para desculpa do facto incriminado.

Fica-nos agora o caso da trasladação.

E' uma vergonha monarchica e continua sendo uma vergonha republicana.

E porquê?

Porque essa trasladação não dava para os monarchicos, nem dá para os republicanos os votos indispensaveis para que um dos quadrilheiros triumphe.

Consiga V. Ex.ª que a mudança dos ossos de Camillo, do jazigo Freitas Fortuna para o Panteon, seja coisa que dê 400 votos ao primeiro José dos Anzóes que deseja uma cadeira em São Bento, e terá V. Ex.ª obtido para o Maior de Todos a justa medida de gratidão que o leva do cemiterio do Porto para a jazida condigna dos Jeronymos.

Antes disso, não.

E aqui tem V. Ex.ª mais uma vez *avolumada* a desvergonha monarchica pela desvergonha republicana.

E consequentemente do parlamento monarchico e do parlamento republicano.

E vou terminar, meu Exmo Confrade. Vou terminar, agradecendo a V. Ex.ª as suas amaveis palavras, as suas gentilezas, e o carinhoso offerecimento da visita á sua preciosa Camilliana, offerecimento que acceito penhoradissimo.

E caminhemos. Somos nós, os caturras da gratidão ao Mestre, que havemos de salvar a honra das gerações que falharam, erguendo o monumento a Camillo e dando aos seus ossos condigna morada.

E' questão de tempo e de tenacidade.

Não nos falte a segunda e aproveitemos bem o primeiro, porque a victoria final será nossa, apezar de todos os dissabores, contratempos e arrelias.

Muito obrigado pela ultima carta de V. Ex.ª sobre o *Entre Gigantes* e pelas preciosas informações que me dá.

Sempre

Gratissimo admirador e Confrade

JOÃO PAULO FREIRE
(Mario.)

31/3/917.

9-IV-917

Ilustre Confrade:

Já lhe agradeci em b. postal a gentil oferta do seu *Entre Gigantes!*: renovo agora os agradecimentos, aproveitando a ocasião para o felicitar pelo seu trabalho

*

Mais uma vez volto ao assunto da nossa conversa, mas será a última, meu paciente Confrade!

Simplesmente uns comentários à sua última carta.

Diz V. Ex.ª que a República, continuando a ingratidão monárquica para com o Mestre e não amortizando a dívida, avolumou essa dívida.

Quere dizer — V. Ex.ª converte a dívida de homenagens em dívida de dinheiro, de capital vencendo juro.

Acho a operação um tanto original, mas, feita ela, estou de acôrdo.

Todo o capital deve vencer juro.

V. Ex.ª continuará entendendo que a ingratidão *se avolumou*, eu entenderei que ela apenas *continua*.

E', talvez, uma questão de palavras, uma logomaquia estéril como em geral acontece. Estamos de acôrdo no ponto fundamental — existe a dívida que é preciso saldar.

Quanto ao facto da República não ser o que idealmente se pretende, estou igualmente de acôrdo. Mas peço licença para duvidar de que a Monarquia idealizada por V. Ex.ª correspondesse, na prática, ao seu ideal.

Mas deixemos isso, que eu não quero, nem quis desde a minha primeira carta, atacar ou defender êste ou aquele regime, mas tam sómente ser justo.

Quanto à trasladação, diz o meu ilustre confrade que ela se não fez ainda porque não dava votos para os monárquicos nem os dá para os republicanos.

Está certo, como dizia Silva Pinto.

Ainda na véspera de receber a sua carta, eu e o C. J. Vieira, em troca de impressões, diziamos isso mesmo.

Isso prova a meu favor — ingratidão nacional ou, se V. Ex.ª quiser, das quadrilhas nacionais, antigas, presentes e futuras.

E agora, meu ilustre camarada, ponho ponto na nossa palestra, congratulando-me por nos termos encontrado de acôrdo em mais dum ponto.

E, mesmo que tal não tivesse sucedido, não teria a palestra sido inútil.

Teria servido, pelo menos, para V. Ex.ª reconhecer que eu sou pessoa com quem se pode tratar, pessoa que não usa navalha.

Assim é, e ainda bem que V. Ex.ª o reconheceu. Não lhe agradeço, porque só agradeço favores, mas sinto a satisfação que me dá sempre a justiça.

E ela é tam rara!

E' tam rara como são freqùentes as navalhadas de que V. Ex.ª fala.

Ainda agora recebi uma e já estou à espera de ver o Sorriso do rufia.

Hei-de contar-lhe isso.

*

Já tenho os meus livros em condições de serem vistos. Espero por isso a sua visita, mas devo preveni-lo de que não é preciosa, como julga, a minha camiliana. Não é de todo má, mas está longe de ser preciosa.

Para combinarmos o dia e hora que a ambos convenha, pode V. Ex.ª telefonar-me.

Em regra, estou no Instituto Superior Técnico até as 16 horas — Telefone = C. 627 — e em casa às 19 h. — Telef. = N. 1007.

Sempre

admirador e confrade gratíssimo

JÚLIO DIAS DA COSTA

In memoriam . . .

Tal foi a nossa correspondencia!

Devo dizer que, n'uma linda tarde de Abril, de ceu claro e sol a jorros, fui até á rua Heliodoro Salgado, a casa do Dr. Dias da Costa. Estava lá o Dr. Custodio José Vieira, a quem fui apresentado. Conversamos. Vimos *rapidamente* a preciosa Camilliana. Falamos do Mestre, das nossas cartas, e sobretudo das injustiças, das más-vontades e das villanias de que o Grande Romancista tem sido alvo, já em vida, já, para a sua memoria, na morte. E concordamos em que, *apezar de tudo*, por Elle e por nós, não eram admissiveis desanimos.

Como eu precisasse estar no bairro do Castello ás cinco horas da tarde, n'um ligeiro intervallo da palestra, puxei do relogio...

Eram oito horas menos quinze minutos!

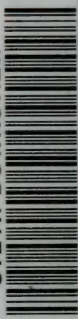
Havia para lá entrado ás duas horas da tarde!...

Tal foi a minha visita á preciosa Camilliana do Dr. Dias da Costa...

Diga-se isto para saudosa compensação espiritual a tantissimas horas de desanimo!

Agosto de 1917.




UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 04 05 16 001 4